



DE QUE MORREU CIPRIANA? HISTÓRIA DO IMAGINÁRIO E A REVOLTA DA VACINA-RIO DE JANEIRO 1904¹

Orientadora: Liliane M^a Fernandes Cordeiro Gomes²
Kristiane Andrade da Silva³
Sarah Quimba Pinheiro⁴

RESUMO

O início da República no Brasil foi um tanto quanto conturbado, devido a disputas políticas, crise econômica, epidemias e insatisfação popular, provocando revoltas sociais. Dentre estas a Revolta da Vacina, que ocorreu no ano de 1904 na Capital Federal do Brasil do período, a cidade do Rio de Janeiro. Este artigo teve como objetivo compreender de que maneira a morte da negra Cipriana, constituiu um dos fatores que contribuíram para a Revolta da Vacina, a partir de questões relacionadas à História do imaginário. A metodologia usada foi a análise bibliográfica acerca do tema, como as obras de José Murilo de Carvalho - Os bestializados: O Rio de Janeiro e República que não foi (1987); Nicolau Sevcenko - A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes (1984); Secretaria Especial de Comunicação Social. 1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2006). A partir da análise bibliográfica, compreendeu-se que a morte da negra Cipriana representou um símbolo, voltado à confirmação, de que a vacina obrigatória contra a varíola foi entendida e significada como mais uma forma do governo exterminar a população negra, que esta estava sendo expulsa de suas moradias no centro da cidade e sofrendo com a exclusão social.

Palavras-chave: Revolta da Vacina; História do Imaginário; Morte de Cipriana.

INTRODUÇÃO

Para se entender a Revolta da Vacina é necessário considerar o contexto histórico e social em que ocorreu, pois não partindo dessa premissa, pode-se direcionar entendimentos que a considerem de forma equivocada, na qual a população não quis tomar a vacina, por ser ignorante. É importante também analisar esse acontecimento por várias dimensões, que não apenas política e econômica, como o período é normalmente estudado. Durante muito tempo a história esteve voltada apenas para o universo político e econômico, o que impedia alguns entendimentos que estavam

¹ Artigo apresentado à disciplina de História do Brasil século XX, Professora Assistente Mestre Liliane M^a Fernandes Cordeiro Gomes.

² Mestre em História Regional e Local, professora auxiliar da Universidade do Estado da Bahia.

³ Discente de Graduação em História do Departamento de Educação - Campus X / UNEB, Teixeira de Freitas, Bahia, andradekris@hotmail.com@hotmail.com.

⁴ Discente de Graduação em História do Departamento de Educação - Campus X / UNEB, Teixeira de Freitas, Bahia, sari_nha_qp@hotmail.com.



relacionados ao universo cultural e social de um povo.

A Revolta da Vacina ocorreu em 1904 – início da República brasileira, período de mudanças e também de permanências, um processo que ocorreu devido à uma série de fatores que enfraqueceram o Império e fomentou as discussões sobre república. Foi no contexto de crise econômica, insatisfação da elite oligárquica com a recém libertação dos escravos através da Lei Áurea, o rompimento com a Igreja, a insatisfação do exército pela falta de reconhecimento político, e também a insatisfação popular, que deu-se “cenário” ideal para o golpe que proclamou a República no Brasil.

Diante disso tudo, onde estava a população? Pergunta importante a se fazer, para pensarmos a Revolta da Vacina partindo da História do Imaginário. O início republicano não foi fácil, e muitas coisas permaneceram iguais ou pioraram para a população, que sofreu com as políticas públicas de saúde, educação e bem estar social, as mudanças ocorridas no início da República tentavam “salvar” o Brasil da crise econômica e social que se encontrava, o social aqui, refere-se ao bem estar da burguesia ascendente naquele período. Então as reformas começam a ocorrer na tentativa de incentivar novamente a compra dos produtos de exportação e o investimento de capital estrangeiro no Brasil. As reformas aconteceram em várias cidades brasileiras, mas será abordada aqui, a capital – Rio de Janeiro, onde ocorreu a Revolta da Vacina. No governo de Rodrigues Alves – presidente do Brasil, ele deu carta branca a dois homens, Osvaldo Cruz e Pereira Passos, o primeiro para a reforma sanitária – os cuidados com as questões de saúde e tentativa de acabar com o surto epidêmico que assolava a capital e o restante do país, o segundo ficou responsável pela reforma urbanística, e reformas do porto do Rio de Janeiro (SEVCENKO, 1984, pp. 35 e 38).

Em meio a todas essas reformas estava a população, expulsa do centro. Esta foi para os morros indignada com a forma que as coisas estavam sendo postas. É partindo desse ponto que se tentará entender a revolta citada – que não foi à única do período – a luz da História do Imaginário.

REFORMAS NO RIO DE JANEIRO E A REVOLTA DA VACINA

O Brasil passava por transformações no final do século XIX, como construção de ferrovias, urbanização e instalação de fábricas, houve ainda um aumento de pessoas que passaram a morar nas cidades por diversos motivos, como por exemplo, os imigrantes, estimulados por



promessas de emprego nos cafezais e nas indústrias, milhares de europeus fugiram das péssimas condições de vida em seus países e se mudaram para o Brasil em busca de um futuro melhor; abolição da escravatura, pois muitos ex-escravos e seus descendentes que não queriam continuar nas fazendas de seus ex-senhores se dirigiram para as cidades; tinham ainda as pessoas livres, que buscavam melhores condições de vida, deixando assim a zona rural e indo para zona urbana; e outro elemento para o crescimento desordenado da cidade do Rio de Janeiro, causando muitos transtornos, foi o café, esse que se mantinha como o principal produto de exportação, causando um crescente interesse dos cafeicultores e grandes comerciantes em diversificar seus investimentos, estes passaram a investir o lucro de seus negócios na indústria, processo que acelerou o número de fábricas instaladas no Brasil. Nas palavras do autor Sevcenko:

[...] O espaço urbano acanhado, todo entremeado de morros e áreas pantanosas, mal se prestava à acomodação de uma cidade de dimensões médias. A capital do país passaria nesse momento, entretanto, por um processo vertiginoso de metropolização, com a população crescendo pasmosamente de 522.651 habitantes em 1890, para 1.157.873 habitantes em 1920. Inúmeros fatores colaboraram para a definição desse crescimento tão prodigioso na sua escalada, quanto crítico nas suas consequências. O refluxo para o Rio das pessoas egressas de fazendas arruinadas no Vale do Paraíba após a lei da Abolição, as miríades de migrantes internos atraídos pela febre fiduciária do Encilhamento e pelas promessas do que se apresentava concretamente como o maior mercado de trabalho, comercial, industrial e de serviços do país; além, é claro, dos grandes contingentes de imigrantes estrangeiros despejados anualmente naquele porto, atraídos pela avidez infrene dos cafeicultores e empurrados pela desventura implacável da própria miséria. (SEVCENKO, 1984, p. 39)

Assim, como as cidades tiveram um grande aumento no número de pessoas, esse avanço afetou a organização espacial e populacional, não tendo lugar para todos, surgindo, portanto os cortiços e os barracos, esses eram lotados, contendo em seu interior por vezes famílias inteiras:

[...] A enorme pressão por habitações levou os proprietários dos grandes casarões imperiais e coloniais, que ocupavam a região central da cidade, a redividi-los internamente em inúmeros cubículos, por meio de tabiques e biombos, os quais eram então alugados para famílias inteiras. Assim, transformados em imensos pardieiros, esses casarões acomodavam a maior parte da população urbana e transformavam a região central num torvelinho humano, que pululava penoso e irrequieto desde as primeiras horas da manhã, na luta por oportunidades cada vez mais escassas de sustento. (SEVCENKO, 1984, p. 40)

Além da falta de moradia para a população, a ocupação desordenada da cidade, bem com a convivência de um grande número de pessoas em um pequeno espaço somada às péssimas condições sanitárias, tornava a cidade vulnerável a doenças, que começaram a surgir com o aumento e acúmulo de lixo, e a falta de saneamento básico, como os esgotos, causando graves doenças, como a varíola, a febre amarela e a peste bubônica.

Quando Rodrigues Alves assume a presidência do país, em 1902 ele dá início a nossa *Belle*

Époque, ou seja, foi feita uma reforma na capital federal, inspirada em um modelo parisiense, “seu intuito maior, [...], era o de exibir ao mundo desenvolvido a imagem de uma nação próspera, civilizada, ordeira e dotada de instituições, a imagem de um Estado consolidado e estável” (SEVCENKO, 1984, p. 42), destarte, nomeou Francisco Pereira Passos como prefeito e engenheiro encarregado da reforma do Rio, “que esteve em Paris e acompanhou de perto a ampliação do novo projeto urbanístico da cidade” (SEVCENKO, 1984, p. 43). A chamada reforma urbanística fora apelidada de “o bota-abaixo” pela população:

Apelidada de Bota-Abaixo pelo povo, a reforma da cidade começou com a remoção da população dos cortiços, considerados focos de proliferação das doenças. No entanto, nenhuma política de habitação foi pensada para os desalojados. (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E ODEBRECHT, 2003, p. 19)

Como podemos ver não se pensou no povo, na grande massa que estava constituindo o país naquele período, e se não bastasse, para combater as epidemias, o médico sanitariano Oswaldo Cruz foi nomeado diretor geral da Saúde Pública, para que esse pudesse erradicar as doenças que estavam fazendo muitas vítimas.

Assim Pereira Passos teve livre arbítrio para urbanizar as ruas da cidade, Oswaldo Cruz também teve autonomia para combater as doenças, “com plenos poderes amparados pelo domínio federal” (SEVCENCO, 1984, p. 38), e realizou muitas campanhas:

Seu plano de ação começou com a reforma da legislação vigente para os serviços de Saúde Pública, que continha contradições entre os planos federal e municipal. Escreveu um novo código sanitário, que incluía um artigo sobre a vacinação obrigatória contra a varíola. [...] os mata-mosquitos percorriam jardins, quintais, porões e telhados, desinfetando alagados, ralos, lavando caixas-d’água e removendo depósitos de larvas de mosquitos. [...] Os doentes eram isolados com telas e mosquiteiros ou removidos para o Hospital de Isolamentos São Sebastião. [...] criou um esquadrão de cinquenta homens vacinados que saíam à caça de ratazanas em armazéns, casas, cortiços, becos, hospedarias e onde mais pudessem encontrá-las. Espalhava raticida e removiam o lixo. O médico chegou a criar a figura do “comprador de ratos”: um funcionário público que passava pelas ruas pagando até trezentos réis por rato apanhado pela população. (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E ODEBRECHT, 2003, pp. 18 - 24)

Nota-se que, Oswaldo Cruz planejou e trabalhou em prol da erradicação das doenças, com violência caso as famílias não colaborassem com os agentes de saúde, independente de qual doença se estava combatendo no momento. No entanto, além dessas inspeções violentas, as medidas complementares e fundamentais para a higiene da cidade, foram abusivas, no sentido de que não interessava o povo, interessava sim fazer a varredura total:

A ação reformadora da Regeneração é draconiana e implacável. [...] O prefeito age livremente durante o período de plenos poderes. Daí tomar apressadamente medidas complementares e fundamentais: proíbe que os bandos de vaca percorram as ruas da cidade;



proíbe o comércio de bilhetes de loteria; baixa regulamentos para a Diretoria de Higiene e Assistência Pública e fixa a sua verba; assina um regulamento sobre infrações de posturas e leis municipais; regula a construção e consertos de prédios; proíbe que os mendigos perambularem pela cidade; cria serviços de turmas que percorrerão as ruas da cidade, acompanhadas de um ou mais caminhões de limpeza pública. As visitas domiciliares serão feitas sistematicamente em todas as habitações e, daí, tudo quanto for encontrado no seu interior, que seja julgado prejudicial à higiene, será incontinenti “removido para aqueles carros”. (SEVCENCO, 1984, pp. 45-46)

Contudo o estopim para a revolta popular foi sem dúvida a “publicação, no dia 9 de novembro de 1904, do plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola” (SEVCENCO, 1984, p. 6). Pois a partir dessa publicação, várias outras medidas foram tomadas, a fim de coagir e obrigar o povo a vacinar-se.

Porém, é bom lembrar que estamos falando do início do século XX, onde as pessoas se comportavam de modo recatado, nos gestos, nas falas, sobretudo com o corpo, e para um pai de família ver a exposição do corpo de sua mulher e filhas, era por demais constrangedor:

[...] Buscou-se então explorar a ideia da invasão do lar e da ofensa à honra do chefe de família ausente ao se obrigarem suas filhas e mulher a se desnudarem perante estranhos. [...] Segundo depoimento a *O Paiz*, os líderes da revolta espalhavam agentes pelos centros populares com o fim de salientarem os perigos da vacina e dizem que seria aplicada nas coxas das mulheres e filhas, junto à virilha. [...] e diziam que em breve cafajestes de esmeralda invadiriam os lares para “inocular o veneno sacrílego nas nádegas das esposas e filhas”. (CARVALHO, 1987, pp. 131-132)

Toda essa imaginação, o medo, a opressão do governo, a destruição das suas casas, fizeram com que o povo se manifestasse, ou seja, a lei obrigando a população a se vacinar, foi o estopim para uma revolta que durou uma semana.

A cidade ressurgiu da revolta irreconhecível. Calçamentos revolvidos, casas ruínas, janelas estilhaçadas, portas arrombadas, trilhos arrancados, restos de bondes, carros e carroças calcinados nas ruas, crateras de dinamite e petardos, ruínas de prédios incendiados, lâmpadas quebradas, postes, bancas, relógios e estátuas arrancadas, trincheiras improvisadas dos mais variados materiais, barreiras de arame farpado, perfurações de bala por toda parte, manchas de sangue, cavalos mortos, cinzas fumegantes. Um número incalculado de mortos e feridos, perdas e danos materiais inestimáveis, uma atmosfera geral de terror que se faria sentir ainda até dois anos mais tarde. Um memorialista considerou este como “o levante popular, o mais indomável de que já fora palco a capital da República”. Pode-se imaginar que somente o receio popular para com a vacina e a inabilidade do governo desencadearam isso tudo? É crível que somente a apreensão de uns e a estupidez de outros geraram por si tamanha catástrofe? Não seria o mesmo que presumir que é o secreto desígnio dos deuses, ou a incompetência dos aprendizes de feiticeiro, que provoca as erupções vulcânicas? Tratemos de olhar mais fundo, para os estratos inferiores, não para o (SEVCENKO, 1984, p. 26).

A MORTE DE CIPRIANA E O IMAGINÁRIO SOCIAL

Os pesquisadores do período republicano como José Murilo de Carvalho (1987) e Nicolau Sevcenko (1984) apontam muitos indícios do imaginário que contribuíram para a revolta, e trabalham com essa dimensão da história, não apenas em relação às imagens do período, mas também da opinião que se formou sobre a obrigatoriedade da vacina.

A História do Imaginário para além, do estudo de reproduções imagéticas e verbais de um período estuda também o significado desta para a sociedade, conforme José D'Assunção Barros,

[...] A História do Imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as imagens verbais e, em última instância, as imagens mentais. O Imaginário será aqui visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”. Esta perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que o produz. [...] (BARROS, 2004, p. 91).

Barros aponta neste sentido, o imaginário para além das noções concretas ligadas as produções, mas também as reproduções dos indivíduos sociais a partir do conhecimento cultural existente, nos estudos sobre a Revolta da Vacina é possível observar aspectos imagéticos, que foram “usados” pelos grupos em disputa pelo poder, para disseminar/ou fomentar os receios da população, percebe-se, por exemplo, o grande número de charges produzidas no período para fortalecer a ideia dos opositores ao governo e a vacina obrigatória. Sobre os trabalhos a partir do imaginário produzidos no período da Revolta da Vacina pode-se citar muitos, as charges, as músicas, os textos jornalísticos etc.

Mas em que medida a História do Imaginário tem relação com o estudo de uma revolta? No exemplo abordado, há muitos elementos que dizem desta relação. Para isso, é necessário, entender um pouco a sociedade da capital do Brasil, no início republicano, que era formada por uma elite burguesa – com inspirações e desejos de ter uma vida nos moldes europeus, mas especificamente o francês. Era essa elite, então com ideais de modernidade e de progresso, que também estava no poder. E a população pobre, negra, mestiça e com costumes que pouco, ou nada tinham de europeu. Essa população nas ruas, trabalhadores urbanos, nos setores fabris, no comércio, nas cozinhas, e morando nos casarões do centro, estava muitas vezes a mercê das enfermidades pela falta de cuidados ligados a qualidade de vida.

Estes últimos eram empecilhos para os primeiros, pois deixavam a capital com aspecto primitivo, sem progresso e doente, assim para os burgueses era necessário “limpar” o centro da cidade, e isso se deu de forma desumana conforme Carvalho (1987) e Sevcenko (1984) sinalizaram.



É preciso ainda pontuar, sobre as mudanças, quando se referem à troca de governo, ocorrem mais rapidamente, mas quando essas se dão no âmbito social, o processo é mais demorado.

Por isso é relevante lembrar que essa sociedade imbricada dos preceitos da fé católica, que ditava toda uma ordem social durante o Império, ditava a moral e os “bons costumes”, mesmo não sendo mais oficialmente a religião do Estado no governo republicano, no seio da sociedade ainda eram os preceitos cristãos que direcionava o modo de viver.

Essa ponderação é importante para entender, os posicionamentos tanto do povo, quanto das elites, e mesmo dos políticos contrários ao governo, esses posicionamentos, tinham vários argumentos, a oposição ao governo, o avanço dos agentes de saúde sobre os corpos, e o desconhecimento sobre as reais intenções do governo ao vacinar a população. Nesse contexto criou-se um imaginário, que associava a vacina à invasão dos lares, ao dano a moral, a obscenidade dos corpos bem como a matança, pois a maioria da população não instruída, não entendia o processo imunizador, sabia que iria lhe aplicar o vírus mortal, esse entendimento partia também de homens intelectuais e respeitados no cenário político, como é o depoimento de Rui Barbosa citado por Nicolau Sevcenko,

Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte. (SEVCENKO, 1984, p. 8)

Se alguns intelectuais tinham esse posicionamento, a população, com menos informação não pensava diferente, esta pensava que a vacina era uma tentativa do governo de acabar de vez com ela, uma vez que já havia sido expulsa do centro, sem destino. Os opositores ao governo de Rodrigues Alves tiraram proveito desse sentimento em relação à vacina, que também era deles, para atacar as práticas do governo e se opor a obrigatoriedade da vacinação. Percebe-se nesse sentido a constituição do imaginário social e como ele está entrelaçado ao universo político. Neste sentido para Barros,

O historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do Imaginário não como um fim em si mesmos, mas com elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. (BARROS, 2004, p. 99).

Entendendo assim, o Imaginário como um processo, e não apenas como o produto final, e também como uma dimensão da história que relaciona os símbolos com questões sociais, apresenta-se o caso de Cipriana, ou melhor, de sua morte, que era uma negra indigente, poderia ser mais uma

negra morta, dentre tantas outras, seja por varíola, ou por outras mazelas daquele período histórico. Mas a morte da negra Cipriana vai parar nos jornais da época. Isso devido ao fato dela ter sido vacinada antes de morrer. Essa negra fica evidenciada pela história, ao contrário de tantas outras que não se sabe nem o nome. O que de tão especial tinha a morte de uma negra, numa sociedade que excluía os negros, e que queria apagar estes da história brasileira? Para chegar a uma possível resposta, o auxílio da História do Imaginário é essencial, Cipriana, tornou-se a prova, dos argumentos difundidos pelos opositores do governo, Sevckenko apresenta o caso da morte desta negra:

Para complicar as coisas, aumentando a tensão geral e exacerbando os ânimos, ocorreu um caso escuso que ganhou uma enorme, embora talvez imerecida repercussão. Uma mulher morreu no mês de julho, pouco após ter recebido a vacina antivariólica, e o médico legista atribuiu como causa do falecimento um estado de infecção generalizada (septicemia), decorrente da vacinação. (SEVCENKO, 1984, p. 8)

Sevckenko não cita o nome, nem o fato de ser uma negra, essa informação encontra-se nos Cadernos da Comunicação – série Memória, da Secretaria Especial de Comunicação Social do Rio de Janeiro, que trás o histórico da Revolta da Vacina: maior batalha do Rio segue algumas considerações sobre o caso de Cipriana:

Enquanto o Congresso discutia calorosamente a aprovação da Lei da Vacina Obrigatória, Cipriana, após tomar a vacina já disponível para a população, morreu. O médico legista, um positivista, garantiu que a causa da morte havia sido a contaminação pela vacina. Oswaldo Cruz, em defesa de seu projeto, realizou nova necropsia no corpo e negou a versão apresentada. [...] Os adversários da vacinação obrigatória pegaram desse atestado de óbito, levaram-no para a tribuna da Câmara, leram-no em voz alta e bradaram que a vacina é isto, é septicemia gangrenosa, é a morte, é a mesa do necrotério, é Cunha e Cruz, médico legista! Horror! Três vezes horror! (SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2006, p. 112).

Por fim, a causa da morte de Cipriana não foi descoberta, o cadáver ficou no necrotério alguns dias, enquanto as discussões, acaloradas, tentavam de um lado, defender que a morte foi causada pela vacina, e de outro que não. Enquanto isso a notícia corria, e a população que não aceitava a vacina por conta da obrigatoriedade, da falta de pudor na aplicação, agora tinha uma comprovação, a tal vacina, matava. Esse pensamento deve ter sido mais evidenciado, na população negra, afinal, Cipriana era negra. A morte de Cipriana fortificou ainda mais, os sentimentos e receios da população, possibilitando a “apropriação” dos políticos do imaginário social a favor de suas intenções políticas, e que disseminaram essa informação, sendo mais um motivo para a revolta popular, que além de não desejarem a vacinação, tinha muitos outros motivos para se revoltar.

Além do receio da vacina, por conta dos motivos já elencados, havia outra causa, a maior parte da população do Rio de Janeiro era negra e tinha seus costumes culturais próprios, suas



crenças, por conta disso, as religiões de matrizes africanas tinham seus entendimentos em relação às doenças, tinham seus meios de cura, ou de se buscar a cura, e viam na medicina dos brancos uma afronta,

Outro motivo importante para a rejeição à vacina era cultural. O grande contingente de escravos africanos suspeitava da medicina dos brancos e preferia recorrer às práticas tradicionais de seus curandeiros. Segundo as tradições dos negros descendentes dos grupos bantus e iorubás, as epidemias de varíola eram um castigo infligido por Omolu ou Obaluaiê, seu orixá. Consideravam mesmo ser a doença uma espécie de purificação pelos seus pecados. Vacinar-se, então, causaria mais epidemias e mortes. A intervenção médica neste assunto seria um ato dispensável e mesmo ilegítimo, pois apenas aos sacerdotes de Omolu caberia esta tarefa. (SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2006, p. 20).

Deste modo, José Murilo de Carvalho conclui que “[...] a Revolta da Vacina, em contraste, fundamentou-se primeiramente em razões ideológicas e morais [...]” (1987, p. 135) e, portanto, podendo ser estudada a partir da História do Imaginário, uma vez que algumas de suas motivações estavam diretamente relacionadas ao imaginário da população do período que ocorreu a revolta. E por fim, para concluir sobre o caso de Cipriana, os Cadernos de Comunicação: série Memória apresenta uma visão sobre o que a morte dessa negra significou:

E, no fundo da vala comum, para onde foi desdenhosamente atirado, o cadáver da preta Cipriana terá esgares irônicos. Às vezes os pequenos vingam-se assim do pouco caso com que a sociedade os trata. Morrem por aí, sem ninguém se preocupar com eles e deixa entretanto toda a sociedade preocupada com essa grave questão: a vacina pode determinar septicemias que causem a morte? Indo-se procurar a libertação de um mal, pode-se marchar ao encontro de outro irremediavelmente fatal? Vãs interrogações a que só o cadáver da preta Cipriana, obstinadamente mudo, poderia responder. (SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2006, p. 113).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo o que foi exposto até aqui entende-se que a Revolta da Vacina que ocorreu no Rio de Janeiro - 1904-, a então capital do Brasil, aconteceu por alguns motivos do universo político, econômico e social. Com isso, compreender esses motivos pode possibilitar o entendimento desse ocorrido como um todo, não apenas como ignorância do povo ao não aceitar a vacina antivariólica.

Um desses motivos, ou mais de um, partiu do imaginário social do período, as mudanças ocorridas com a troca de governo, foram mais rápidas, o contrário do que ocorre com a sociedade, que permanece algum tempo para modificar seus costumes, hábitos cotidianos, preceitos religiosos.

Partindo da História do Imaginário, pode-se entender o significado dos símbolos imagéticos e verbais, utilizados pelos grupos opositores ao governo do período. Esse imaginário



está relacionado às várias concepções que a população de modo geral tinha em relação à vacina da varíola. Para alguns era uma afronta a moral, por conta dos métodos utilizados para a aplicação, para outros uma afronta à liberdade de escolha, a religiosidade e um real risco de morte.

Deste modo a morte da negra Cipriana representou um símbolo voltado à confirmação principalmente da população negra, de que a vacina era mais uma forma do governo exterminá-los, uma vez que já haviam sido expulsos das suas moradias do centro da cidade e dos planos do governo de embelezamento da capital.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e República que não foi**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E ODEBRECHT. **Almanaque Histórico: Osvaldo Cruz: O médico do Brasil**. 2003. Disponível:

[Fhttp://www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/eventos/pdf/almanaque%20_capa.pdf](http://www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/eventos/pdf/almanaque%20_capa.pdf)

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio** / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2006. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. Disponível: em

<http://portalconservador.com/livros/Nicolau-Sevcenko-A-Revolta-da-Vacina.pdf>.